XX Encontro de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores do DF

Realização do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização - Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal – GTPA-Fórum EJA/DF 02 e 03 de setembro de 2011, no SINDSEP e CESAS/SEE/GDF. Apoio: UnB / SINPRO-DF / SEE-GDF.

Documento de Construção Coletiva aprovado em Plenária do XX Encontro de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores do DF no dia 03/09/2011.

O PROBLEMA QUE NOS UNE

688.273 jovens e adultos trabalhadores moradores do Distrito Federal com 15 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental (CODEPLAN/GDF, 2004). O Censo do IBGE/2010 revelou que no DF há 63.754 pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas. O número de habitantes a partir desta faixa etária é de 1.961.667, representando um índice de analfabetismo de 3,25%.

Em 2000, existiam 182 escolas de EJA e, em 2010, este quantitativo foi reduzido a 110 escolas, queda de 40%. Em 2000, a rede pública ofertava 89.044 matrículas em EJA que, em 2010, reduziram-se a 55.000 matrículas, ou seja, uma queda de 38,3%.

Em 2011, o número de matrículas ofertadas na rede pública foi de 57.831, um acréscimo de 4,89%.

Esses dados expressam uma tensão que se manifesta entre a privatização e a oferta pública em EJA, que se voltam, ora para estratégias de aligeiramento por interesses mercadológicos e, ora para a certificação cartorial, sem garantia de formação qualificada dos jovens e adultos trabalhadores do DF.

1. Definição da Educação de Jovens e Adultos - EJA <u>como</u> <u>Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores - EJAT</u>, considerando como pressupostos:

a) O reconhecimento dos Sujeitos da EJA como TRABALHADORES, a partir de 18 anos, inseridos nas contradições do mundo do trabalho pela gestão coletiva do trabalho (economia solidária) ou pela competição do mercado com organização sindical, cumprindo-se o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

- b) O exercício do princípio formador CRIATIVO do TRABALHO na diversidade de idade, de gênero, das relações etnicorraciais, do meio ambiente, do meio urbano, do campo, com necessidades educacionais especiais, com vulnerabilidade social e pessoal e dos sujeitos nos centros de medida socioeducativas e sistema prisional.
- c) São considerados como referências fundamentais os documentos aprovados no Encontro Nacional preparatório à VI CONFINTEA-(Conferência Internacional de Educação de Adultos) (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações UNESCO maio/2008, na CONAE (Conferência de Educação)/DF setembro/2009, na CONAE (Conferência Nacional de Educação) abril/2010, na Conferência de Educação Básica do DF-2010 e o PNE (Plano Nacional de Educação) a ser aprovado, o Relatório-síntese do GTPA-Fórum EJA/DF para ao I Encontro Regional de EJA EREJA-CO e a Carta do I Encontro Regional de EJA EREJA Centro-oeste realizado de 19 a 21/junho/2011, em Campo Grande-MS. .(ver mais www.forumeja.org.br).
- d) O reconhecimento da necessidade de material didático específico da EJAT considerando o sujeito trabalhador p.ex.: inserção dos temas: projetos sociais; economia solidária; geração de emprego e renda; qualidade de vida do trabalhador e outros.
- e) A construção coletiva da política pública de Estado com o GTPA-FÓRUM EJA/DF.

2. Auditoria no abcDF

O abcDF foi um programa implementado pelo GDF em 2007, vinculada à Gerência de Erradicação do Analfabetismo (extinta), fora da Secretaria de Educação do DF, que tinha por objetivo a alfabetização de 40 mil pessoas. O programa era conveniado à Alfabetização Solidária – ALFASOL, uma organização da sociedade civil de interesse público, financiado exclusivamente com os recursos do GDF. Não se tem nenhum dado concreto sobre o desempenho desse programa, de quantos estudantes foram integrados à rede e de quanto custou aos cofres públicos, por isso REITERAMOS o pedido de auditoria feito em 18 de maio de 2010, pelo GTPA Fórum EJA/DF. Devem-se acionar os mecanismos legais reguladores para, nos marcos da lei. 9.790 de 23 de marco de 1999 (lei das OSCIP) e do decreto lei: 3.100 de 30 de junho 1999, para responder a sociedade e o poder público pelo uso dos recursos.

A atual equipe da Diretoria de Educação de Jovens e Adultos-DEJA, ao assumir a gestão, fez a análise técnica pedagógica dos vários processos que estavam parados e foram constatadas diversas irregularidades nas prestações de contas. Diante desses fatos, as informações foram

encaminhadas ao Gabinete da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal/SEE-DF para as providências jurídicas cabíveis.

3. Gestão Pública com Orçamento Participativo

- a) Gestão de políticas públicas com Intersetorialidade na EJAT: A gestão pública precisa resolver os problemas que possibilitam, ampliam ou impedem o acesso e a permanência do educando na escola, como os serviços públicos: transporte (ampliar o horário e número de linhas), alimentação, material didático, creches nos Centro de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores CEJATs, saúde do trabalhador (da mulher, ocular, bucal e auditiva), (profissional da saúde nas escolas, a exemplo, brigadistas), cultura, segurança (aumentar o policiamento batalhão escolar), justiça, comunicação/GESAC Governo Eletrônico de Serviço de Atendimento ao Cidadão, (banda larga como serviço público gratuito), prática de esporte e outros serviços direcionados ao desenvolvimento sustentável. O orçamento participativo deliberaria quais as áreas que necessitariam de políticas específicas para a EJAT.
- b) Gestão da Política Educacional como Política de Estado do Sistema de Educação Nacional. O Sistema Nacional de Educação teve sua base na CONAE/2010 que prevê um Plano Nacional de Educação PNE (2011-2020) com políticas nacionais para todos os estados e o DF e Plano Distrital-2012 DF.

4. Gestão e Ampliação da EJAT no DF:

- a) Criação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores CEJATs com creches e garantia de transporte, em todas as regionais de ensino, como espaços organizados para Trabalhadores Jovens e Adultos que estudam, com oferta do 1º, 2º e 3º segmentos de EJAT integrada à Educação Profissional e Tecnológica em todos os turnos, garantindo o direito à educação ao longo da vida.
- b) Gestão democrática, e não compartilhada, com garantia de autonomia da comunidade escolar e extinção da gestão compartilhada sem autonomia da comunidade escolar.
 - c) Fortalecimento dos Conselhos Escolares nos CEJATs;
- d) Composição representativa dos segmentos organizados da sociedade no Conselho de Educação do DF, tendo o GTPA-Fórum EJA/DF como um dos seus membros.
- e) Fortalecimento e ampliação descentralizada da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.
 - f) Instância de decisão na SEE/DF: diretoria de EJAT integrada à

Educação Profissional e Tecnológica.

- g) Ampliação da EJAT com escolas mais próximas da residência dos estudantes e uma estrutura específica para atendê-los, respeitando tempo e espaços dos estudantes, utilizando, quando for o caso, as escolas classes.
- h) Proposta de estruturação da Secretaria de Educação para atendimento das demandas da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, a saber: <u>Diretoria da EJAT</u> Secretaria Administrativa; Núcleos para cada segmento e Núcleo de Apoio Tecnológico.
- i) Ampliação da EJAT para os três segmentos da Educação Básica nas prisões, integrando-os com a Educação Profissional, PROEJA FIC e PROEJA.

5. Plano Nacional de Educação - PNE (2011-2020)

Fortalecer a luta pela destinação de 10% do Produto Interno Bruto - PIB para a educação.

6. Financiamento da EJAT

- a) Recursos financeiros para a EJAT do Fundo Constitucional do DF, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FUNDEB (com isonomia de fator 0,8 para 1,0), de todos os Programas Federais e de Emendas Parlamentares.
- b) Assegurar na Lei Orçamentária/2012 a criação de Centros de EJAT-CEJATs com Laboratórios de informática/internet, Bibliotecas, Alimentação e "lap top" para cada estudante.
- c) Revitalização do Fundo de Alfabetização do DF-FUNALFA com participação do GTPA-Fórum EJA/DF na nova composição do Conselho deliberativo do Fundo.
- d) Apoio às Universidades Públicas para a pesquisa sobre o financiamento da EJAT com a finalidade de subsidiar as políticas públicas na área.
- e) Montar uma matriz de projetos que privilegie a EJAT na distribuição dos recursos oriundos do pré-sal destinados à Educação, com o compromisso de tornar o Distrito federal território alfabetizado até 2014 e o Brasil até 2016 e de manter a luta permanente contra o analfabetismo.

7. Gestão da Política Educacional como Política de Estado (Não de Governo) do Sistema de Educação Nacional.

a) A alfabetização de Jovens e Adultos Trabalhadores será considerada como o início do 1º segmento (séries iniciais do Ensino Fundamental), em cumprimento à Lei Orgânica no Art.225 e Disposições Transitórias art.45. Como tal, os alfabetizandos serão matriculados

regularmente com chamada pública com a participação da comunidade escolar e sociedade civil organizada (via rádio, TV, carro de som, cartazes e internet) e central de atendimento telefônica para garantir a continuidade dos estudos no CEJAT. Assegurando também aos educandos/alfabetizandos oriundos dos movimentos populares a continuidade no 1º segmento da EJA na rede publica de ensino, considerando a proximidade da escola com as moradias dos educandos e a acessibilidade.

- b) Compreendemos que o Programa *DF Alfabetizado*, enquanto programa que atende a alfabetizandos não matriculados na rede pública de ensino, se configura como estratégia possível de ação alfabetizadora diante da atual situação de precarização da oferta de EJA. Nesse sentido, reafirmamos a proposta de extinção de qualquer programa/projeto específico da alfabetização de Jovens e Adultos, em favor do fortalecimento dessa oferta no SISTEMA PÚBLICO de ensino, garantida na estratégia de matrícula do 1º semestre /2011 com base no artigo 225 da Lei Orgânica do DF.
- c) Os movimentos populares e sindicais com a participação do GTPA-Fórum EJA/DF deverão contribuir no planejamento, acompanhamento das ações e avaliação do *DF Alfabetizado*, bem como na mobilização dos alfabetizandos, mobilização e formação de educadores - estudantes de ensino médio e a realização de turmas de alfabetização em caráter suplementar ao poder público.
- d) Os movimentos populares e sindicais com a participação do GTPA-Fórum EJA/DF deverão contribuir na mobilização dos alfabetizandos, mobilização e formação de educadores - estudantes de ensino médio e a realização de turmas de alfabetização em caráter suplementar ao poder público.
- e) Integração da EJAT com a Educação Profissional e Tecnológica (Formação Inicial e Continuada FIC e TÉCNICA), a partir das experiências no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional e da Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos PROEJA e da Economia Solidária.
- f) Integração da EJAT com a Educação Inclusiva e com a Educação nas Prisões e nas unidades de medidas socioeducativas.

8. Estrutura curricular (Currículo integrado)

a) Construção coletiva do currículo de EJAT com participação de todos os segmentos da comunidade escolar, endossada pela proposta político pedagógica das instituições educacionais, concomitante à Formação de Professores, Orientadores Educacionais, Movimentos

Populares, ONG e Fundações (SEE-DEJA e Escola de Aperfeiçoamento - EAPE), inclusive em cursos de extensão da UnB, com a participação efetiva dos estudantes da EJAT, com base na prática educativa de cada CEJAT, incluindo a possibilidade de Educação a distância em cumprimento à Resolução nº3/2010 do Conselho Nacional de Educação-CNE;

b) Expansão do PROEJA-Transiarte, atualmente em prática no Centro de Ensino Médio 03 de Ceilândia e na Escola Técnica de Ceilândia em parceria com a Faculdade de Educação da UnB. www.proejatransiarte.ifg.edu.br) para todo o DF.

9. Formação continuada de Professores, Orientadores Educacionais, Gestores, Auxiliares de Educação, Técnicos de EJAT

- a) Constituição da Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede na Diversidade CTARD com oferta de Programa de Formação Continuada dos Professores e Orientadores Educacionais da EJAT, a partir de Núcleos Temáticos Diversos gerados pela implementação dos 89 Projetos de Intervenção Local PIL propostos pelos concluintes do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na EJA FE/UnB 2009/2010 e dos Projetos Interventivos PI pelos concluintes dos Cursos em EJA da EAPE. Garantia de acesso aos educadores populares ao aprofundamento (educação continuada) para o aperfeiçoamento de sua prática.
- b) Construção e implementação da Proposta de Mestrado coletivo em EJAT com a metodologia da pesquisa-ação pela EAPE, em parceria com a Faculdade de Educação da UnB e Instituto Federal de Educação Tecnológica de Brasília.
- c) EAPE: Implementação da Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede na Diversidade CTARD com fortalecimento do Núcleo EJAT de pesquisa e formação continuada, direcionada à diversidade de sujeitos da EJAT e igualdade de direitos em parceria com a FE/UnB:
- d) Promover a pesquisa no âmbito da Educação Básica em parceria com SEEDF, EAPE e UnB com vistas a promover os cursos de formação continuada.

10. Política Adequada de Lotação de Professores e Orientadores Educacionais nos CEJATs, Priorizando Aqueles com Formação Específica e/ou Experiência Comprovada em EJAT;

- a) Qualificação dos professores: experiência e formação específica para a EJAT.
 - b) Horário disponível para reforço escolar (tirar dúvidas).

- c) Participação efetiva da comunidade escolar da EJAT no conselho de classe, no sentido de avaliar o processo de ensino/aprendizagem.
- 11. Apoio didático à EJAT com produção de impressos, áudio, audiovisual em ambiente CTARD inclusive em ambiente virtual, com autoria coletiva de professores, orientadores educacionais e estudantes da rede pública do DF e apoio à formação continuada de professores e orientadores educacionais:
- a) Edição de livros com autoria coletiva de professores, orientadores educacionais e estudantes da rede pública em EJAT Gráfica pública da SEE/GDF.
- b) Produção de programas para rádio do governo federal, estadual e municipal, comunitário, com horário acessível aos alunos, com autoria coletiva de professores, orientadores educacionais, estudantes da rede pública e demais sujeitos que compõem os diversos segmentos da comunidade escolar.
- c) Produção de programas para o Canal Educação com autoria coletiva de professores, orientadores educacionais e estudantes da rede pública de EJAT.
- d) Produção de vídeos com autoria coletiva de professores e estudantes da rede pública de EJAT e demais sujeitos que compõem os diversos segmentos da comunidade escolar.
- e) Criação de suporte técnico para a produção de objetos educacionais multimídia com apoio das Escolas Técnicas.
- f) Criação de Portal da Educação da SEE, como CTARD, com autoria coletiva de professores, orientadores educacionais, estudantes da rede pública em EJAT e demais sujeitos que compõem os diversos segmentos da comunidade escolar.
- g) Produção de material didático para EJAT com autoria de professores, orientadores educacionais, estudantes da rede pública e como produção/edição em gráfica pública da SEE.
- h) O reconhecimento da necessidade de material didático específico da EJAT considerando o sujeito trabalhador, por exemplo, com a inserção dos temas projetos sociais, economia solidária, geração de emprego e renda.

12. Legislação em EJAT

Revisão da legislação do DF acompanhando a revisão da legislação federal (Lei das Diretrizes Básicas - LDB, PNE e DIRETRIZES CURRICULARES de EJA, EM, EPT, Educação nas prisões) sobre EJAT.

13. Certificação como direito dos trabalhadores estudantes após seu processo formativo ou complementar

- a) Certificação entendida como consequência do processo formativo requer um posicionamento sobre a continuidade do ENCCEJA na EJAT, assim como, um posicionamento sobre o ENEM. Atualmente o Exame Nacional para a Certificação de Competências na Educação de Jovens e Adultos ENCCEJA é uma avaliação de larga escala que certifica o 2º segmento e o Exame Nacional de Ensino Médio ENEM certifica o 3º segmento. O DF utiliza as avaliações de larga escala nacionais, pois não tem exames próprios para a certificação em EJAT.
- b) Implantar criteriosamente a Rede Certific, programa de certificação de saberes adquiridos ao longo da vida, a fim de auxiliar na certificação daqueles que já têm a prática de suas profissões.
- c) Valorização da certificação emitida pelas escolas de EJAT devido à discriminação que esses diplomas têm tido atualmente no mercado de trabalho.

14. Calendário escolar

Assegurar o calendário escolar semestral para a modalidade de EJAT que atenda às especificidades do sistema prisional, medidas socioeducativas e as demais escolas.

Recomendações:

Os recursos da União possam ser transferidos por convênios aos Estados, Distrito Federal e Municípios e por descentralização para Universidades respeitando o instrumento de concurso público de projetos na execução da atividade fim – alfabetização e EJAT, de forma que não exclua os movimentos populares, OnGs e Projetos Sociais.

Brasília, 03 de setembro de 2011.

Leila Maria de Jesus Oliveira Representante do GTPA-Fórum EJA/DF Coordenação Colegiada do GTPA Fórum EJA/DF, em 3/09/2011.

Representante: Leila Maria de Jesus Oliveira

SEGMENTOS ENTIDADE/REPRESENTANTE

Movimento CEPAFRE - Centro de Educação Paulo Freire

Popular - Maria Madalena Torres

- Adriana Dias de Freitas

CEDEP - Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá

- Leila Maria de Jesus

Maria de Lurdes P. dos Santos

CEPACS - Centro de Educação, Pesquisa, Alfabetização e

Cultura de Sobradinho

- Francijairo Ananias da Silva

- Delnilo Ribeiro Nogueira

CAREMAS – Centro de Alfabetização do Recanto das Emas.

- Maria de Lourdes Barbosa Aguiar

- Maria do Socorro Pinheiro Cardoso

PRÁLAPIDAR

- Elias Silva Araujo

- Herlis Alves Cardoso Araujo

MECE – Movimento de Educação e Cultura da Estrutural

- Maria Abadia Teixeira de Jesus

ONG - Organizações não governamentais/Fundações

Paulo Henrique Areias Mendes

Sindicatos SINPRO/DF - Sindicato dos Professores do DF

- Cláudio Antunes Correia

- Elaine Amancio Ribeiro

Educandos - Rosa Maria da Silva Sena Santos

Educadores Educação Básica: Irlanda Aglae C.L. Borges

- Marcos Alves Pires

Educação nas prisões: Delzair Amancio da Silva

- Adriana Pires Correa

Orientadores Educacionais: Cléssia Mara Santos

- Airan Almeida de Lima

Educação Profissional - Michalângelo Heberval B. Lima

- Manoel Jevan Gomes Olinda

Universidade Universidade de Brasília - UnB

Professores - Maria Luiza Pereira Angelim

- Renato Hilário dos Reis

Universidade Universidade de Brasília - UnB

Estudantes - Marina de Santana Corrêa

- Marcela Pinheiro.

Sistema "S" SESC/DF

- Sem indicação

Governo GDF/SEE

- Luciano Matos de Souza

- Oséas Pacheco de Oliveira

Governo CLDF - Sem indicação